Rua Presidente Vargas, 912 - Centro, Itamogi/MG, CEP: 37.973- 000. Foi nomeado como curador o Sr. MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA E SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, administrador, portador do CPF n° 012.097.836-90 e do RG n° 11.236.469 - SSP/MG, a quem foi deferida CURATELA ESPECIAL do(a) sr.(a). NEUSA DO ROSARIO LUÍS, por não ter condições de gerir sua vida civil, seja por suas limitações físicas ou mentais, através dos laudos médicos trazidos ao bojo probatório, podendo a curadora exercer seu encargo de forma plena. E, para que ninguém possa alegar ignorância, o MM. Juiz, mandou expedir o presente para ser publicado na forma da lei e afixado em local de costume na sede da Comarca por 03 (três) vezes, com intervalo de dez (10) dias, na forma do artigo 755 do CPC. Dado e passado nesta comarca de Itamogi/Estado de Minas Gerais, data da assinatura eletrônica.

COMARCA DE ITAMOGI-MG – EDITAL DE INTERDIÇÃO - 10 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Angelo de Almeida, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Itamogi, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Única Secretaria, sob o nº: 10001405520268130329, se processam os termos de uma Ação de Interdição de TEREZINHA JACINTA DA SILVA, requerida por SOC BENEF LAR DOS POBRES GALDINO C COSTA DE ITAMOGI, por se mostrar de forma completa, definitiva e irreversível, a incapacitada para gerir sua vida e seus bens, conforme laudo médico da Sra.TEREZINHA JACINTA DA SILVA, CPF: 59318759649, atualmente recolhido(a) na SOC BENEF LAR DOS POBRES GALDINO C COSTA DE ITAMOGI com sede na Rua Presidente Vargas, 912 - Centro, Itamogi/MG, CEP: 37.973- 000. Foi nomeado como curador o Sr. MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA E SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, administrador, portador do CPF n° 012.097.836-90 e do RG n° 11.236.469 - SSP/MG, a quem foi deferida CURATELA ESPECIAL do(a) sr.(a). TEREZINHA JACINTA DA SILVA, por não ter condições de gerir sua vida civil, seja por suas limitações físicas ou mentais, através dos laudos médicos trazidos ao bojo probatório, podendo a curadora exercer seu encargo de forma plena. E, para que ninguém possa alegar ignorância, o MM. Juiz, mandou expedir o presente para ser publicado na forma da lei e afixado em local de costume na sede da Comarca por 03 (três) vezes, com intervalo de dez (10) dias, na forma do artigo 755 do CPC. Dado e passado nesta comarca de Itamogi/Estado de Minas Gerais, data da assinatura eletrônica.

COMARCA DE ITAMOGI-MG – EDITAL DE INTERDIÇÃO - 10 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA. O Dr. Angelo de Almeida, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Itamogi, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Única Secretaria, sob o nº: 10002696020268130329, se processam os termos de uma Ação de Interdição de PEDRO DA SILVA, requerida por SOC BENEF LAR DOS POBRES GALDINO C COSTA DE ITAMOGI, por se mostrar de forma completa, definitiva e irreversível, a incapacitada para gerir sua vida e seus bens, conforme laudo médico da Sra.PEDRO DA SILVA, CPF: 27591831810, atualmente recolhido(a) na SOC BENEF LAR DOS POBRES GALDINO C COSTA DE ITAMOGI com sede na Rua Presidente Vargas, 912 - Centro, Itamogi/MG, CEP: 37.973- 000. Foi nomeado como curador o Sr. MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA E SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, administrador, portador do CPF n° 012.097.836-90 e do RG n° 11.236.469 - SSP/MG, a quem foi deferida CURATELA ESPECIAL do(a) sr.(a). PEDRO DA SILVA, por não ter condições de gerir sua vida civil, seja por suas limitações físicas ou mentais, através dos laudos médicos trazidos ao bojo probatório, podendo a curadora exercer seu encargo de forma plena. E, para que ninguém possa alegar ignorância, o MM. Juiz, mandou expedir o presente para ser publicado na forma da lei e afixado em local de costume na sede da Comarca por 03 (três) vezes, com intervalo de dez (10) dias, na forma do artigo 755 do CPC. Dado e passado nesta comarca de Itamogi/Estado de Minas Gerais, data da assinatura eletrônica.

ITAMONTE

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO - com prazo de 60(sessenta) dias, passado na forma a baixo. O Dr. Fábio Roberto Caruso de Carvalho, MM Juiz de Direito, da Vara Única de Itamonte/MG, na forma de lei: FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramita nesta Vara a Ação Declaratória C/C Repetição de Indébito C/C Indenização por Danos Morais, no processo nº 50012135920248130330, em que é exequente Oswaldo Hilario da Silva. A finalidade do presente edital é a INTIMAÇÃO DOS EVENTUAIS SUCESSORES OU HERDEIROS DE Oswaldo Hilario da Silva, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do processo. E para que chegue ao conhecimento de todos é publicado na forma da Lei o presente edital.

ITUIUTABA

Processos Eletrônicos (PJe)

EDITAL
PROCESSO Nº: 5010013-40.2024.8.13.0342
CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
VALDELINO FERREIRA PIMENTA CPF: 123.880.096-34 e outros
FRANCISCO DE OLIVEIRA CARVALHO NETO CPF: 595.756.706-04 e outros
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL. COMARCA DE ITUIUTABA/MG. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO 30 DIAS. O Dr. Antônio Félix dos Santos, Juiz de Direito da Segunda Vara Cível, desta cidade e comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc¿ FAZ SABER a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem que tramita por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Cível os termos do pedido de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL, processo nº 5010013-40.2024.8.13.0342, ajuizado por VALDELINO FERREIRA PIMENTA e LUIZA APARECIDA PIMENTA em face de SEBASTIAO JOSE DE CARVALHO JUNIOR e outros. E por este meio e na melhor forma de direito, CITA o requerido SEBASTIAO JOSE DE CARVALHO JUNIOR, CPF: 488.872.506-34, atualmente em lugar incerto e não sabido, por todos os termos do pedido inicial, e para querendo, no prazo de quinze (15) dias apresentar a defesa que tiver, acompanhando o feito em todos os seus termos, até final sentença, sob pena de revelia e que não sendo contestado, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, de acordo com os arts. 335, III do CPC. Deixo de designar audiência de conciliação ou mediação nos termos do artigo 139, IV do CPC). Fica a parte requerida advertida que em caso de revelia, será nomeado curador especial. E para que chegue ao conhecimento geral, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. DADO e passado nesta Comarca de Ituiutaba, 06 de novembro de 2026. Eu, Kamilly Ferreira de Medeiros, supervisionada por Eliene Carvalho Sousa, Oficiala Judiciária da 2ª Vara Cível, digitei e remeti o presente à publicação no Diário do Judiciário Eletrônico. Antônio Félix dos Santos, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Ituiutaba.

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITUIUTABA FÓRUM DESEMBARGADOR NEWTON RIBEIRO DA LUZ Avenida Sadalla Jorge, n.º 400, Universitário, Ituiutaba/MG, CEP 38.302-224
Tel.: (34) 3271-9839, e-mail: iua2civel@tjmg.jus.br
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma: PRIMEIRO LEILÃO: dia 01/12/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 01/12/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015), exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital. LOCAL: Através do site www.joserodovalholeiloes.com.br PROCESSO: Autos n° 5004675-90.2021.8.13.0342 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é Requerente SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA (CNPJ: 17.819.061/0001-88) e Requerido RAIMUNDO VIANA DA COSTA (CPF: 350.094.896-00). DESCRIÇÃO DO BEM: Imóvel urbano constituído do antigo lote 07, situado à Rua Zero, da Vila Natal, na antiga quadra 05, formada pelas ruas Zero, Segunda, Avenida 31 e Rua 33, cadastrado sob nº S0.11.15.08.07, com a área de 300,00 m², medindo 10,00 metros de frente para a Rua Zero; 30,00 metros à direita com o lote 08; 30,00 metros à esquerda com o lote 06;
e 10,00 metros aos fundos com o lote 32. No terreno foi edificada uma construção residencial em alvenaria com 20,20 m² de área construída, de um pavimento, que tomou o número predial 330 pela Rua Zero. Avaliação realizada de forma indireta pelo Oficial de Justiça. Imóvel matriculado sob o nº 10.035 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba/MG. (RE)AVALIAÇÃO: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), em 03 de junho de 2025. LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). *No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão. VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R$ 9.730,34 (nove mil, setecentos e trinta reais e trinta e quatro centavos), em 11 de novembro de 2025. LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Zero, nº 330, Vila Natal, Ituiutaba/MG, CEP 38300-050. ÔNUS: Hipoteca de 1º grau em favor de Archibaldo de Oliveira Diniz Júnior; Penhora nos autos nº 0716962-57.2006.8.13.0342, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ituiutaba/MG; Penhora nos autos nº 0716954-80.2006.8.13.0342, em trâmite na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ituiutaba/MG; Penhora nos autos nº 0888256-46.2007.8.13.0342, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba/MG; Penhora nos autos nº 1296505-47.2009.8.13.0342, em trâmite na

1ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba/MG; Indisponibilidade nos autos nº 50068981620218130342, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba/MG; Indisponibilidade nos autos nº 01466552502014813034 2, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba/MG;
Indisponibilidade nos autos nº 29650547200098130342, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba/MG; Indisponibilidade nos autos nº 50086270920237130342, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba/MG; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.
O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável
pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro. BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado
livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, ¿caput¿ e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro Oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no
bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência do bem arrematado, divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação. HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil). MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o
produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietá rio ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente. DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.
Assim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.joserodovalholeiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados,
e aderir as regras do gestor. O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos
igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada. LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, JOSÉ ANTÔNIO RODOVALHO JÚNIOR, JUCEMG sob n°. 862/2012, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, assim como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do Leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional
de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei. COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site ww.joserodovalholeiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos
necessários para efetivação do cadastro. Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão,
haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrecidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de
sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação. Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao
crédito. Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de
contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante. O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da
comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da
efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios. PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015). ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará,
dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.
PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses; II ¿ As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 1.000,00 cada; III ¿ Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais; IV ¿ Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação. Observação: O valor mínimo da

avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Sobre direito de preferência ¿ lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao
último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa. VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por
analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri- lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das
características do bem. DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do Telefone: 0800 500 9949 e do e-mail contato@joserodovalholeiloes.com.br.
PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.joserodovalholeiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015. ARREMATAÇÃO: Assinado o auto, pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a
arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração. OBSERVAÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de
todos os interessados. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ. INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o Executado RAIMUNDO VIANA DA COSTA e seu(a) cônjuge se casado(a) for, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a
intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o
aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca. Ituiutaba/MG, 26 de outubro de 2026. ANTÔNIO FÉLIX DOS SANTOS Juiz de Direito.

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITUIUTABA FÓRUM DESEMBARGADOR NEWTON RIBEIRO DA LUZ Avenida Sadalla Jorge, n.º 400, Universitário, Ituiutaba/MG, CEP 38.302-224
Tel.: (34) 3271-9839, e-mail: iua2civel@tjmg.jus.br EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma: PRIMEIRO LEILÃO: dia 01/12/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances
poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 01/12/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015), exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital. LOCAL: Através do site www.joserodovalholeiloes.com.br. PROCESSO: Autos n.º 5000174-98.2018.8.13.0342 de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em que é Exequente MARIO SÉRGIO SEVERINO DA COSTA (CPF: 783.506.626-20) e Requeridos RENATO FELIX DE FARIAS (CPF: 479.620.036-34) e SOEGINA PEREIRA DE VASCONCELLOS FARIAS (CPF: 952.047.096-49). DESCRIÇÃO DO BEM: Imóvel situado na Rua 30, n.º 122, Bairro Progresso, Ituiutaba/MG (antigo n.º 01 da antiga quadra n.º 33) sendo terreno urbano, definitivo, antigo n.º 01, da antiga quadra n.º 33, formada pelas Avenidas José João Dib (antiga Avenida Marginal), 5 e 5-A e Rua 30, com a área de 165,60m², situado no Bairro Progresso, em Ituiutaba/MG, cadastrado
na Prefeitura Municipal sob n.º NE.11.13.08.01 (IdFísico 3724), com as seguintes medidas e confrontações constantes da matrícula: 08,00 metros de frente para a Rua 30; 20,50 metros do lado direito confrontando com o lote n.º 02; 19,50 metros do lado esquerdo confrontando com a Avenida 5; e 09,00 metros aos fundos confrontando com a Avenida José João Dib (antiga Avenida Marginal). Benfeitoria: No lote encontra-se edificado um prédio residencial sob n.º 122 da Rua 30, com 163,60m² de área construída, com paredes de alvenaria, piso cerâmico, forro em PVC e cobertura de telhas de barro. As benfeitorias não estão totalmente averbadas na matrícula do imóvel, ficando a cargo do arrematante a adoção de todas as providências necessárias à sua regularização perante os órgãos competentes, bem como o pagamento de eventuais despesas, custas, taxas, emolumentos e demais encargos incidentes. Imóvel matriculado sob o n.º 15.552 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba/MG.
(RE)AVALIAÇÃO: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em 08 de maio de 2026. LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). *No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial
no ato do leilão. VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R$ 1.311.136,74 (um milhão, trezentos e onze mil, cento e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos), em 30 de outubro de 2025. LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua 30, n.º 122, (antigo n.º 01 da antiga quadra n.º 33), Bairro Progresso, Ituiutaba/MG. DEPOSITÁRIA: SOEGINA PEREIRA DE VASCONCELLOS FARIAS (Executada). ÔNUS: Indisponibilidade de Bens nos autos n.º 0010483-71.2022.5.03.0176, em trâmite no 2ª Vara do Trabalho de Ituiutaba/MG. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.
O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável
pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro. BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado
livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, ¿caput¿ e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro Oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no
bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer